



Artigo

Impactos da Violência no Cotidiano de Estudantes de Escolas Públicas: Uma Análise Interseccional de Gênero e Sexualidade

João Paulo Pereira Barros

Universidade Federal do Ceará (UFC)
joaopaulobarros07@gmail.com | ORCID 0000-0001-7680-576X

Mayara Ruth Nishiyama Soares

Universidade Federal do Ceará (UFC)
mayararnishiyama@gmail.com | ORCID 0000-0002-2668-8822

Carla Jéssica de Araújo Gomes

Universidade Federal do Ceará (UFC)
carlajessicagomes@alu.ufc.br | ORCID 0000-0002-6979-2646

Damião Soares de Almeida-Segundo

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
damiao.soares@gmail.com | ORCID 0000-0003-2407-0583

Ana Thais de Albuquerque Norões Boutala

Universidade Federal do Ceará (UFC)
anaboutala@alu.ufc.br | ORCID 0009-0005-9727-7616

Levi de Freitas Costa Araújo

Universidade Federal do Ceará (UFC)
leviprofpsi24@gmail.com | ORCID 0009-0000-6898-1106



Resumo

A violência urbana tem se consolidado como um dos maiores desafios para a permanência estudantil de juventudes periféricas, principalmente negras, mulheres e pessoas LGBTQIA+, nos últimos anos. Tendo isto em vista, este artigo objetiva analisar como a violência armada em periferias urbanas impacta a vida de jovens estudantes de escolas públicas em territórios com elevadas taxas de letalidade juvenil em Fortaleza, no estado do Ceará, a partir, sobretudo, dos marcadores de gênero e sexualidade. Teoricamente, o estudo está ancorado na Psicologia Social, mas estabelece diálogos também com autores e autoras feministas e que problematizam as marcas da colonialidade na atualidade. A pesquisa possui base quantitativa e foi realizada em 12 escolas públicas de uma periferia da capital cearense, com uma amostra de 497 estudantes. Tendo como mote uma análise interseccional dos dados obtidos na pesquisa, depreende-se que mulheres cisgênero e pessoas LGBTQIAPN+ enfrentam violências mais variadas, especialmente ameaças, assaltos e violência sexual, do que homens cisgênero, necessitando adotar estratégias múltiplas de proteção. Além disso, estas populações também se sentem inseguras com maior frequência em diferentes espaços e sofrem mais os efeitos da violência em suas trajetórias educacionais, com destaque para a interferência emocional. Dessa forma, sobressai-se, na pesquisa, que a violência não afeta de maneira uniforme as diferentes populações, sendo essencial, nas políticas de enfrentamento à violência, uma abordagem interseccional que considere as desigualdades de gênero e sexualidade para compreender plenamente os impactos da violência nas trajetórias escolares de estudantes de escolas públicas nas periferias urbanas.

Palavras-chave: Violência; Escola; Juventudes; Gênero; Sexualidade.

Abstract

Urban violence has become one of the major challenges for school retention among youth in peripheral areas, particularly Black individuals, women, and LGBTQIA+ people, in recent years. In this context, this article aims to analyze how armed violence in urban peripheries impacts the lives of young students in public schools located in areas with high youth lethality rates in Fortaleza, in the state of Ceará, focusing mainly on gender and sexuality markers. Theoretically, the study is anchored in Social Psychology but also engages with feminist authors and scholars who critique the legacies of coloniality in the present. The research is based on quantitative data and was conducted in 12 public schools in a peripheral area of the state capital, with a sample of 497 students. Through an intersectional analysis of the data obtained, it is noted that cisgender women and LGBTQIAPN+ individuals face more varied forms of violence, especially sexual violence, threats, and robberies,



compared to cisgender men, necessitating the adoption of multiple protective strategies. Moreover, these groups also report feeling insecure more frequently in various spaces and experience more significant impacts of violence on their educational paths, particularly regarding emotional interference. Thus, the study highlights that violence does not uniformly affect different populations, making it essential for anti-violence policies to adopt an intersectional approach that considers gender and sexuality inequalities to fully understand the impact of violence on the educational trajectories of public school students in urban peripheries.

Keywords: Violence; School; Youth; Gender; Sexuality.

Introdução

O fenômeno da violência urbana, nos últimos anos, tem figurado como uma questão extremamente relevante, principalmente nos estudos com juventudes (OMS, 2014). No Ceará, pesquisas, como as de Barros *et al.* (2018), Paiva *et al.* (2019), Diógenes (2019) e Cavalcante *et al.* (2022), destacam como as transformações nas dinâmicas da violência urbana têm impactado o cotidiano das juventudes periféricas, limitando, por exemplo, o acesso a direitos básicos à saúde, educação e lazer, e dificultando o deslocamento seguro a espaços públicos, como escolas e unidades de saúde. Jovens em comunidades periféricas frequentemente enfrentam barreiras para frequentar a escola devido a conflitos territoriais entre facções ou à presença ostensiva de forças policiais, que podem gerar confrontos e medo. Da mesma forma, o acesso à saúde é prejudicado quando moradores evitam deslocar-se a hospitais ou postos de saúde situados em territórios controlados por grupos rivais. Além disso, a livre circulação pela cidade é constantemente restringida, com áreas delimitadas por zonas de controle territorial, onde a simples travessia pode representar um risco de violência, inclusive letal.

No âmbito educacional, a violência urbana prejudica os processos de aprendizagem, além de aumentar o absenteísmo e a evasão escolar (Cavalcante *et al.*, 2022). Isto é especialmente grave no caso das juventudes periféricas, visto que a vida escolar é um fator protetivo da existência desses jovens (Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 2018). Assim, a evasão escolar tem sido vista como uma problemática não somente dos órgãos de educação, mas também de segurança pública (Cavalcante *et al.*, 2021; Cavalcante *et al.*, 2022; Freitas *et al.*, 2022). Além



disso, a reprodução de violências dentro da escola, como violências de gênero e racismo, contribuem para distanciar desse espaço especialmente juventudes pertencentes a minorias de gênero e sexualidade (Soares et al., 2023; Sousa Neto et al., 2023). Esses preconceitos são entendidos como resultantes de processos estruturais que reatualizam o colonialismo, criando modos de subjetivação baseados em uma lógica que vulnerabiliza certos corpos (Mbembe, 2018).

O Ceará é um dos estados com maiores taxas de homicídios juvenis, crime que vulnerabiliza e afeta sobretudo jovens negros, pobres, mulheres e pessoas LGBTQIA+ (Cerqueira et al., 2024). A violência contra essas populações possui características particulares, frequentemente manifestando-se em agressões com requintes de tortura e ataques letais. No caso específico de mulheres e pessoas LGBTQIA+, os ataques sexuais também são bastante comuns (Sousa et al., 2020). A população trans e travesti enfrenta um risco especialmente alto no Ceará, já que, segundo levantamento realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), o estado apresentou o segundo maior número de assassinatos de pessoas trans e travestis do Brasil em 2019 (Benevides & Nogueira, 2021).

Nesse sentido, é necessário, ao analisar implicações e efeitos das violências no cotidiano de diferentes grupos, adotar uma abordagem interseccional (Sousa et al., 2020). O conceito de interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), mas possui suas raízes nas críticas das feministas negras ao movimento negro, que ignorava as questões específicas das mulheres negras, e ao movimento feminista, que não abordava as questões raciais dentro das suas lutas e discussões. Conforme conceitua Akotirene (2019), interseccionalidade se refere a uma abordagem analítica, teórica e política que se volta a analisar e refletir sobre as interseções dos marcadores sociais da diferença nas dinâmicas de subordinação e produção de discriminações, opressões e privilégios. Portanto, guiar-se por uma abordagem interseccional de análise implica se atentar às complexas interconexões dos marcadores sociais da diferença na produção de violências, discriminações, opressões e privilégios sociais (Sousa et al., 2020).

Reconhecendo que a vida de jovens dissidentes de gênero e sexualidade é mais afetada pelo contexto da violência urbana, a Psicologia, enquanto ciência e prática profissional, deve comprometer-se em identificar os danos decorrentes das disputas territoriais, promovendo reflexões críticas e subsidiando políticas públicas intersetoriais que considerem os marcadores sociais da



diferença. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo analisar como a violência em periferias urbanas impacta psicossocialmente a vida de jovens estudantes de escolas públicas localizadas em áreas com altas taxas de letalidade juvenil em Fortaleza, no estado do Ceará, a partir dos marcadores sociais de gênero e sexualidade. Busca-se compreender como as dinâmicas de violência afetam os modos de vitimização, as percepções de segurança pública e as trajetórias educacionais dessas juventudes, visando fortalecer a escola como um espaço de proteção infantojuvenil, fomentar políticas públicas preventivas frente às diversas formas de violência sofridas e contribuir para novas pesquisas no campo da Psicologia e de áreas afins no contexto educacional. Assim, tendo em vista a forma como a vida de jovens dissidentes de gênero e de sexualidade é diretamente mais afetada pelo contexto de violências urbanas, a Psicologia, enquanto ciência e prática profissional, deve estar comprometida a identificar os danos decorrentes das disputas territoriais, levantando questões e promovendo reflexões críticas. Portanto, o presente artigo visa acrescer estudos voltados à temática, bem como realizar recomendações que têm por finalidade subsidiar políticas públicas intersetoriais que considerem os marcadores sociais da diferença.

O presente artigo tem por objetivo analisar como a violência em periferias urbanas impacta, psicossocialmente, a vida de jovens estudantes de escolas públicas localizadas em territorialidades com altas taxas de letalidade juvenil em Fortaleza, no estado do Ceará, a partir, sobretudo, dos marcadores sociais de gênero e sexualidade. Para tanto, a pesquisa busca compreender como as dinâmicas de violência afetam os modos de vitimização, as percepções de segurança pública e as trajetórias educacionais dessas juventudes, fomentar políticas públicas preventivas frente às várias formas de violência sofridas e contribuir para a produção de novas pesquisas no campo da Psicologia e de áreas afins no contexto educacional, visando fortalecer a escola como um espaço de proteção infantojuvenil.



Metodologia

Procedimentos

O estudo aqui apresentado compõe uma pesquisa guarda-chuva intitulada “Aspectos psicossociais da violência e práticas de re-existência juvenis em periferias de Fortaleza-CE”, desenvolvida pelo Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação da Universidade Federal do Ceará (VIESES/UFC). A referida pesquisa recebeu financiamentos da Fundação Cearense de Desenvolvimento e Apoio ao Desenvolvimento Científico (FUNCAP) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

A amostra contou com jovens oriundos de 12 escolas públicas estaduais presentes no território do Grande Bom Jardim (GBJ), situado na capital do Estado do Ceará. A região é formada pelos bairros Bom Jardim, Granja Lisboa, Granja Portugal, Canindezinho e Siqueira, onde vivem mais de 220 mil pessoas (SIMDA, 2024). Os meios de comunicação, historicamente TV, Rádio, jornais ou redes sociais, têm contribuído para elaborar no imaginário da população de Fortaleza um estigma em relação ao Grande Bom Jardim: este seria o lugar do “vixe”¹, que se destaca pela violência, insegurança, população empobrecida e pelas habitações precárias. Consiste em uma área da cidade com elevadas taxas de concentração de pobreza e baixos indicadores sociais, a exemplo dos IDHs muito inferiores à média local e nacional. Ao passo que também possui diversos equipamentos culturais e organizações sociais, como o Centro Cultural do Grande Bom Jardim (CCBJ), o Centro Cultural do Canindezinho (CCC), o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), o Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, a Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentado (DLIS), as cozinhas comunitárias, as bibliotecas comunitárias, e é palco e moradia para diversos artistas e coletivos juvenis. Desse modo, o GBJ tem um histórico de organização e resistência que é um exemplo para a cidade.

A coleta de dados foi realizada por meio de coordenadores de campo e uma equipe de aplicação de questionários. Os quatro coordenadores de campo foram responsáveis por articular a logística de aplicação junto às escolas, levantar informações-chave sobre o perfil estudantil, elaborar

¹ Vixe é uma expressão nordestina usada para demonstrar admiração, surpresa ou estranheza.



cronogramas, dar suporte aos aplicadores e estruturar o banco de dados. A equipe de aplicação, composta por 24 estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia e áreas afins, participou de um treinamento com a coordenação geral da pesquisa. Eles foram orientados a buscar a maior diversidade possível de alunos em termos de série, turno, raça/cor e outros marcadores sociais. A participação dos estudantes foi voluntária, com convites feitos coletivamente em sala de aula. Os questionários foram aplicados no formato lápis e papel, entre 8 e 27 de setembro de 2022, em espaços reservados para grupos de até 10 discentes.

Para o cálculo amostral, considerou-se um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, tendo em vista uma população de 6.716 estudantes, que derivou em uma estimativa de 364 participantes. Dada uma ampliação de 30% como medida de minimização dos efeitos de possíveis perdas, obteve-se uma perspectiva amostral de 473 estudantes. Entretanto, no momento da aplicação, o quantitativo de estudantes superou as perspectivas, alcançando um total de 497 instrumentos aplicados e tabulados.

O protocolo de pesquisa incluiu os módulos Perfil dos Estudantes, Impactos da Violência e Percepções sobre Segurança no Bairro, totalizando 46 questões. O primeiro eixo temático contemplou questões sociodemográficas. Os dois últimos eixos foram compostos por questões elaboradas especificamente para este estudo. Considerando a base teórica e epistemológica, fundado na Psicologia Social Crítica e na pesquisa cartográfica, não houve a intenção de construir instrumentos psicométricos para mensuração de traços latentes (Barros & Barros, 2013). Portanto, não foram seguidos protocolos de construção ou procedimentos de validação no sentido psicométrico (e.g., validade convergente, confiabilidade, estrutura fatorial). Optamos por desenvolver um instrumento adaptado à realidade dos jovens do GBJ, visando captar as percepções e os impactos da violência em suas vidas. Para garantir a validade e a confiabilidade dos dados, realizamos duas etapas principais.

Inicialmente, a elaboração do instrumento decorreu de uma construção coletiva junto a quatro diferentes grupos envolvidos na pesquisa: a coordenação da pesquisa, a equipe de campo, a equipe administrativa das escolas e um grupo de representantes da Secretaria de Educação de Fortaleza. Todos foram convocados, por exemplo, a escolher temáticas, formato das questões e linguagem. Todas as pessoas que integraram essa etapa tinham envolvimento com a temática da pesquisa ou



com o território em que ela iria se desenvolver, incluindo membros de organizações sociais e culturais locais. Em seguida, para assegurar a clareza e a pertinência das questões, foi realizada uma validação de semântica, conteúdo, compreensão e formato junto a um grupo de 10 jovens das escolas do GBJ. Esses participantes responderam a uma versão inicial do protocolo e forneceram feedback em um grupo focal. Essas etapas permitiram adequar o instrumento à realidade e ao entendimento dos estudantes.

Participantes

A pesquisa mobilizou uma amostra não-probabilística de jovens, tendo a participação de 497 estudantes de escolas públicas estaduais de Ensino Médio, os quais apresentavam idades entre 14 e 24 anos ($M = 16,6$; $DP = 1,2$). No que tange ao gênero, pouco mais da metade da amostra (51,1%) se identificou como homens cisgênero, em seguida vindo aquelas que se identificavam como mulheres cisgênero (45,5%), e aproximadamente 2,6% se identificaram com identidades de gênero que não coadunam com a cisgeneridade, tais quais gênero fluido, não-binário, travesti e mulher trans. Em relação à orientação sexual dos participantes, 70,0% se identificaram como heterossexuais. Entre os 25% que afirmaram se identificar como não heterossexuais, registrou-se uma maioria de bissexuais (16,9%). Lésbicas (16,9%), gays (2,8%), pansexuais (1,8%) e assexuais (0,8%) tiveram presença menor. Além disso, 5% preferiram não responder ou não souberam responder. Destaca-se, também, no que toca à composição étnico-racial, que a maioria significativa (70,8%) da amostra se declarou negra (incluindo pretos e pardos), com brancos compondo 23,1% da amostra e indígenas compondo 3,4%.

Instrumentos

Os participantes foram solicitados a fornecer informações sociodemográficas, incluindo raça/cor, gênero, idade e orientação sexual, visando caracterizar a amostra e possibilitar a compreensão interseccional dos dados. Para o presente estudo, foram destacados, do questionário completo da pesquisa guarda-chuva, os temas relacionados aos módulos de vitimização, percepções de segurança e impactos educacionais da violência.



Modos de Vitimização. Os respondentes foram questionados sobre a ocorrência pessoal, nos últimos seis meses, de diversas formas de violência, incluindo ameaça, furto, roubo, agressão, extorsão, violência sexual e tentativa de homicídio. Além disso, foi perguntado aos estudantes sobre as fontes de apoio que buscaram após vivenciar situações de violência, com opções de resposta, incluindo amigos, família, polícia e grupos armados.

Percepções de Segurança. Foi utilizada uma escala de percepção de segurança com quatro opções de resposta: "totalmente inseguro", "inseguro", "seguro" e "totalmente seguro". Os participantes avaliaram sua sensação de segurança em diferentes locais, como casa, rua, bairro, escola e igreja. Além disso, foram questionados sobre a frequência de eventos violentos em seus bairros, como presença de pessoas armadas, comércio de drogas, roubos, operações policiais, expulsões, tiroteios, ferimentos por armas de fogo e assassinatos. Também responderam sobre as ações de proteção adotadas, como evitar áreas, andar acompanhado, evitar sair à noite, usar serviços de transporte e buscar refúgio durante tiroteios. As respostas para essas questões foram registradas em uma escala de frequência com as opções: "nunca", "poucas vezes", "às vezes", "muitas vezes" e "sempre".

Impactos Educacionais. Para medir os efeitos da violência no desempenho escolar, os estudantes responderam a uma série de perguntas sobre como as violências vivenciadas interferiram em sua formação escolar. As opções de resposta incluíam categorias como "atrapalha o ambiente de paz", "compromete as condições emocionais", "causa medo", "dificulta a concentração", entre outras.

Análise de dados

Nesta pesquisa, os dados quantitativos operam enquanto analisadores na reflexão sobre as formas com que se institui a produção de sujeitos passíveis de morte nas periferias urbanas. Além de atuarem como pistas para os modos de subjetivação decorrentes desses contextos, as violências e suas diferentes formas de expressão, conforme visa investigar uma ótica interseccional, apontam para as forças produtoras das existências (Barros & Barros, 2013). O enfoque aqui não está muito mais no porquê de tal configuração, em um lugar de atribuição de verdades naturalizadas e



cristalizadas, mas na produção de seus efeitos, desse modo, os dados dessa pesquisa, de viés crítico-descritivo-qualitativo, são predominantemente categóricos nominais.

Vale destacar que as análises interseccionais apresentam um desafio operacional, estatístico e metodológico (Bauer *et al.*, 2021) que condiz com os múltiplos atravessamentos e as interações que se produzem entre os distintos marcadores da diferença. Nesse trabalho, portanto, embora se dê um enfoque aos dados referentes aos corpos cuja orientação sexual e/ou identidade de gênero lhes posiciona em zonas de maior ou menor vulnerabilidade, é importante não apartar as violências com viés de gênero das demais expressões de violência estruturais. Os corpos podem, e geralmente são, atravessados por múltiplas violências que se relacionam, redimensionando suas expressões em função das interações entre raça, território, gênero, sexualidade e outros marcadores.

Portanto, recorreu-se a análises descritivas para tomar conhecimento dos perfis da amostra e análises de frequência intragrupo para trabalhar os recortes interseccionais. Com isso, visava-se investigar comparativamente as vitimizações de corpos divergentes e corpos que seguem o padrão cisheteronormativo. A frequência intragrupo permitiu identificar a proporção com que um subgrupo se afetava por determinada violência, mesmo tendo em vista as limitações impostas pela diferença de tamanho entre alguns desses grupos. Os subgrupos da pesquisa foram estabelecidos em função de uma organização simplificada para gênero (homens cisgênero, mulheres cisgênero e outras identidades de gênero) e orientação sexual (heterossexual/não heterossexual LGBTQIAPN+). As análises foram efetuadas por meio do software JASP 0.17.1.

Aspectos éticos

No que se refere aos aspectos éticos, foram rigorosamente seguidos os princípios éticos e legais definidos pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que regulam a condução de pesquisas envolvendo seres humanos. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFC e recebeu a devida aprovação, conforme o parecer nº 5.187.324. Antes da aplicação do instrumental, os objetivos e as justificativas da pesquisa foram devidamente apresentados aos participantes, assegurando a transparência do projeto. Os participantes preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no caso dos maiores de 18 anos, ou o Termo de Anuência Livre e Esclarecida (TALE), no caso dos menores de 18 anos,



garantindo, assim, o seu consentimento com o estudo. Foi assegurado o respeito aos valores sociais, culturais, espirituais e morais dos participantes ao longo de todo o processo, garantindo-lhes, ainda, a liberdade de desistir de sua participação a qualquer momento. Além disso, foram garantidos o anonimato, a privacidade e a confidencialidade das informações fornecidas pelos participantes.

Resultados e discussão

Os resultados referentes à investigação se subdividem em três seções: modos de vitimização, percepções de segurança e impactos educacionais. A primeira seção refere-se ao modo como jovens periféricos são vitimizados pela violência urbana, com enfoque no gênero e na sexualidade, a fim de demonstrar que, apesar de a violência ser um fenômeno comum nas vidas da maioria deles, ela afeta de forma distinta corpos dissidentes de gênero e de sexualidade. A segunda seção faz referência à maneira como a juventude percebe a segurança pública dentro da periferia, considerando as respostas sobre violência policial, urbana e atos de proteção, e a confiança nas forças de segurança sob a ótica interseccional. Por fim, a última seção aborda como as dinâmicas da violência em periferias gera impactos negativos no acesso e na permanência escolar das juventudes, tendo como uma das consequências a sensação de insegurança no próprio território escolar. Além disso, tendo focado nos marcadores sociais de gênero e sexualidade, foram apontadas por jovens formas de fortalecer a escola e torná-la mais segura.

Modos de vitimização

Os dados referentes aos modos de vitimização apontam para as diferentes expressões pelas quais as violências urbanas afligem os distintos segmentos juvenis. Embora, em termos gerais, as juventudes periféricas, com destaque para aquelas que participaram da pesquisa, presenciem e sofram violações de direitos em seus cotidianos, como apontam os elevados índices de frequência para violências como ameaça (11,67%), furto (14,69%), roubo (18,31%), extorsão (1,61%), agressão (8,85%), violência sexual (17,5%) e tentativa de homicídio (3,62%). Os segmentos juvenis não sofrem as mesmas formas de violência na mesma frequência. Em decorrência de marcadores sociais da diferença, variações qualitativas e quantitativas dos índices de vitimização intragrupo



foram presenciadas. Em face disso, pode-se apreender quais grupos estavam mais suscetíveis a determinados tipos de vitimização. Esses percentuais consideram as opções “não sei”, “não se aplica” ou “prefiro não responder”.

Quanto às vitimizações distribuídas em função de marcadores de gênero, os resultados para mulheres cisgênero, homens cisgênero e demais identidades de gênero foram seguindo essa respectiva ordem de apresentação: ameaça (16,3%, 8,7%, 25,0%); furto (19,0%, 13,7%, 25,5%); roubo (17,2%, 20,4%, 23,1%); extorsão (1,4%, 2,0%, 0%); agressão (8,7%, 10,0%, 7,7%); violência sexual (33,2%, 6,3%, 41,7%); e tentativa de homicídio (4,9%, 3,5%, 0%). As juventudes que apresentavam identidades de gênero dissidentes à normativa cisgênera apresentaram maiores índices para ameaça, furto, assalto e violência sexual. Mulheres cisgênero relataram sofrer quase duas vezes mais ameaças quando comparadas com homens cisgênero. Para pessoas dissidentes da cisgeneridade, esses índices superam os dos homens cisgênero em três vezes. A violência sexual, por sua vez, ganha destaque enquanto dado alarmante, visto que 40% das demais identidades de gênero e 30% das mulheres cisgênero afirmaram terem sofrido essa violência. No caso da relação mulher cisgênero/homem cisgênero, esse quantitativo é 5 vezes maior, enquanto que, para a relação entre demais identidades de gênero/homem cisgênero, é sete vezes maior.

A recorrência a amigos como suporte em situação de violência foi maior entre as pessoas com identidades de gênero dissidentes à cisgeneridade (46,2%) quando comparada à de homens cisgênero (39,8%) e mulheres cisgênero (36,7%). Em contrapartida, esse foi o mesmo grupo a recorrer menos à polícia (46,2%) quando comparado com homens cisgênero (52,4%) e mulheres cisgênero (54,9%). Mulheres cisgênero e outras identidades apontaram recorrer mais à família (72,6% e 61,5%) que homens cisgênero (57,5%), o que pode ter relação com o fato de não se esperar performances de vulnerabilidade vindas das masculinidades hegemônicas. Homens cisgênero muitas vezes não são incentivados a performar uma vulnerabilidade por essa ser uma característica associada ao feminino (Bourdieu, 2019). A necessidade de não performar uma vulnerabilidade ou sofrimento, característica atrelada aos papéis de gênero esperados de homens cisgênero, influencia em uma menor propensão a se reconhecer enquanto vítima de um sofrimento e procurar ajuda (Bento, 2015; Silva & Melo, 2021). Chama atenção que, dentre as formas de apoio na qual homens cisgênero recorreram mais que as outras categorias, se destacou a busca junto a



grupos armados (7,5% dos homens cisgênero, 5,3% das mulheres cisgênero e 0% das demais identidades).

Portanto, os dados levantados lançam pistas de uma maior exposição de determinados corpos às violências, sobretudo aqueles que estão postos em posição de alteridade frente a uma normativa branca, cisgênera, heterossexual e masculina. As juventudes não brancas, mulheres e LGBTQIAPN+ se encontravam em uma posição de maior vulnerabilidade que suas contrapartes masculinas, heterossexuais, cisgêneras e brancas, o que aponta para uma atualização da influência, no contexto das periferias brasileiras, do racismo, patriarcado e da cisheteronormatividade como dispositivos gestores e distribuidores da violência (Martins & Romfeld, 2024; Soares *et al.*, 2023; Sousa, *et al.*, 2020).

Soares *et al.* (2023) refletem sobre as influências das estruturas hegemônicas do patriarcado em suas performances machistas, cisbinárias, misóginas e sexistas para a distribuição desigual da violência entre as juventudes de escolas públicas do GBJ. Seu trabalho aponta que a experiência de pessoas LGBTQIAPN+ e mulheres cisgênero eram postas em posição de alteridade em relação a uma atribuição universalizante masculina. Nota-se que o tratamento com essa alteridade passa pela atribuição de uma posição abjeta na vida social (Soares *et al.*, 2023), o que significa que as vidas e experiências de corpos lidos como não masculinos, heterossexuais e cisgênero passaria a ser posta não só em razão da diferença em relação à hegemonia masculina, mas, qualitativamente, entendida também como inferior, desprezível ou objetificável, sendo, portanto, essas vidas passíveis de sofrer violações de direitos.

Vale destacar que a hegemonia patriarcal, conforme previamente exposto, não se aparta de outras gramáticas do poder intimamente relacionadas a ela no contexto moderno-colonial, maquinadas para reatualizar constantemente uma dada organização social. Os dispositivos raciais, de gênero, sexuais, dentre outros, se articulam para demarcar, gerir e exterminar, de forma mais eficaz, corpos à medida que se afastam do que esses marcadores entendem como ideal, não apenas masculino, mas também branco, cristão e pertencente às classes dominantes. É estabelecida, assim, uma matriz cultural de raça, gênero, sexualidade e classe (Soares *et al.*, 2023) que articula a distribuição do poder, restando aos corpos dissidentes sofrerem maiores vitimizações em decorrência de expressões do racismo, classismo e patriarcado.



Percepções de Segurança

Ao analisar as respostas acerca das percepções de segurança gerais, o marcador de gênero se destacou ao apresentar grande influência, com as mulheres cisgênero indicando se sentirem menos seguras (somatório das opções “totalmente inseguro” e “inseguro”) do que os homens cisgênero em todos os espaços elencados no questionário. Já as pessoas com outras identidades de gênero também se sentiram mais inseguras que os homens cisgênero, especialmente na rua e em outras partes no bairro. Em termos de orientação sexual, estudantes LGBTQIAPN+ se sentiram mais inseguros que heterossexuais em todos os espaços, com destaque para a rua e a igreja (Tabela 1).

Pensando mais especificamente nas percepções de segurança no território, a maioria dos estudantes relatou que, pelo menos ocasionalmente, já presenciaram em seus bairros venda de drogas (72,62%), pessoas andando armadas (68,81%), roubos (86,72%), expulsões (70,22%), cobranças por segurança (52,73%), tiroteios (84,5%), operações policiais (76,04%), ferimentos por arma de fogo (75,25%) e assassinatos (82,7%). As situações que ocorrem com maior frequência (“muitas vezes” e “sempre”) incluem venda de drogas (38,23%), roubos (36,82%), tiroteios (30,18%) e assassinatos (26,36%). Desse total, as mulheres cisgênero relataram uma prevalência maior em quase todas as formas de violência (considerando em termos absolutos, de “poucas vezes” a “sempre”), especialmente na venda de drogas ilícitas (89,7%), roubos (94,4%), expulsões (81,7%) e assassinatos (91,5%), em comparação aos homens cisgênero, cujas taxas foram de 80,3%, 86,8%, 87,8% e 71,6%, respectivamente. De maneira semelhante, pessoas não heterossexuais apresentaram uma percepção mais alta em todas as formas de violência. Em particular, 90,1% relataram a venda de drogas, 90,9% presenciaram roubos, 92,4% observaram tiroteios e 81,4% estiveram expostos a operações policiais, enquanto os heterossexuais reportaram 82,2%, 91,3%, 89,4% e 83,3%, respectivamente. Esses resultados apontam para uma maior percepção e exposição à violência entre mulheres cisgênero e pessoas não heterossexuais.

**Tabela 1**
Freqüências de Percepção de Segurança em Diferentes Locais por Gênero e Orientação Sexual

Local	Percepção de Segurança	Homens Cisgênero <i>n</i> (%)	Mulheres Cisgênero <i>n</i> (%)	Outras Identidades <i>n</i> (%)	Heterossexuais <i>n</i> (%)	Não Heterossexuais (LGBTQIAPN+) <i>n</i> (%)
Casa	Totalmente inseguro	23 (9,4)	19 (8,8)	0 (0,0)	31 (9,3)	8 (6,8)
	Inseguro	7 (2,9)	14 (6,5)	0 (0,0)	8 (2,4)	12 (10,2)
	Seguro	77 (31,4)	84 (38,7)	7 (63,6)	112 (33,5)	48 (40,7)
	Totalmente seguro	138 (56,3)	100 (46,1)	4 (36,4)	183 (54,8)	50 (42,4)
Rua	Totalmente inseguro	25 (10,6)	33 (15,3)	2 (15,4)	38 (11,5)	22 (18,6)
	Inseguro	109 (46,2)	134 (62,0)	9 (69,2)	176 (53,3)	66 (55,9)
	Seguro	84 (35,6)	49 (22,7)	2 (15,4)	100 (30,3)	29 (24,6)
	Totalmente seguro	18 (7,6)	0 (0,0)	0 (0,0)	16 (4,8)	1 (0,8)
Escola	Totalmente inseguro	17 (7,2)	25 (12,0)	1 (8,3)	31 (9,7)	10 (8,5)
	Inseguro	63 (26,8)	80 (38,3)	4 (33,3)	99 (31,1)	42 (35,6)
	Seguro	127 (54,0)	85 (40,7)	6 (50,0)	160 (50,3)	51 (43,2)
	Totalmente seguro	28 (11,9)	19 (9,1)	1 (8,3)	28 (8,8)	15 (12,7)
Bairro	Totalmente inseguro	61 (26,1)	74 (34,4)	3 (23,1)	91 (28,2)	39 (32,2)
	Inseguro	128 (54,7)	115 (53,5)	8 (61,5)	186 (57,6)	61 (50,8)
	Seguro	36 (15,4)	21 (9,8)	2 (15,4)	34 (10,5)	19 (15,3)
	Totalmente seguro	9 (3,9)	5 (2,3)	0 (0,0)	12 (3,7)	2 (1,7)
Igreja	Totalmente inseguro	11 (6,4)	12 (7,6)	0 (0,0)	17 (6,5)	5 (7,8)



Inseguro	15 (8,7)	14 (8,9)	1 (14,3)	19 (7,3)	11 (17,2)
Seguro	68 (39,3)	71 (44,9)	5 (71,4)	109 (41,8)	28 (43,8)
Totalmente seguro	79 (45,7)	61 (38,6)	1 (14,3)	116 (44,4)	20 (31,3)

No que diz respeito às medidas de proteção contra violências, as mulheres cisgênero relataram adotar mais precauções do que os homens cisgênero, com exceção de buscar refúgio durante tiroteios, uma prática um pouco mais comum entre os homens (63,7% contra 59,3%). Em termos absolutos, de “poucas vezes” a “sempre”, as mulheres cisgênero destacaram-se por evitar andar sozinhas (92,8%), deixar de sair à noite (79,5%), evitar áreas do bairro (89,4%) e voltar de Uber (79,9%). Além disso, elas tendem a evitar encontrar amigos, voltar tarde para casa e alterar seus trajetos com maior frequência que os homens. Pessoas não-heterossexuais, em comparação com heterossexuais, adotaram a maioria das medidas de proteção com mais frequência, especialmente ao evitar andar sozinhas (90,9%) e deixar de voltar para casa à noite (74,1%). No entanto, em casos como evitar determinadas áreas do bairro (80,4% contra 75,8%), procurar abrigo em tiroteios, mudar o trajeto para casa e mudar de escola, as taxas foram semelhantes entre os dois grupos. Esses dados indicam uma tendência clara de mulheres cisgênero e pessoas LGBTQIAPN+ a adotarem mais medidas de proteção.

Nesse sentido, depreende-se que os marcadores de gênero e sexualidade possuem forte incidência nas percepções de segurança, exposição a violências e formas de proteção adotadas pelas juventudes periféricas, com estudantes mulheres e estudantes não-heterossexuais se sentindo e estando mais inseguros em diferentes espaços, apesar de o grupo que mais morre vítima da violência urbana no Ceará e em todo o restante do Brasil ainda ser o de homens cisgênero jovens, principalmente negros e pobres (Cerqueira et al., 2024). Isto diz de sentimentos de insegurança, medo e apreensão constantes, frutos de violências físicas e simbólicas múltiplas, que atravessam as trajetórias de pessoas dissidentes da norma cisheteropatriarcal apesar de nem sempre se refletirem no aniquilamento físico destes.

Valencia (2018), analisando as dinâmicas da violência no México, a globalização, as expressões do neoliberalismo no sul global e a construção binária de gênero, cunhou o termo “capitalismo gore” para se referir a essa forma do capitalismo que opera sob lógicas necropolíticas



(Mbembe, 2018), especialmente em zonas fronteiriças dominadas pela violência extrema, onde sangue e corpos mutilados são utilizados como instrumentos fundamentais para a manutenção e reprodução do capital. Conforme a autora (Valencia, 2010, 2012), as normas que regulam gênero e sexualidade estão profundamente conectadas ao projeto colonialista de sustentação de um capitalismo que se beneficia da violência e das vulnerabilidades sociais e se expressa pela forte presença do crime organizado, dos deficitários investimentos em políticas garantidoras de direitos e do militarismo em contextos periféricos.

A partir da definição da violência como ferramenta de necroempoderamento e necroeconomia central nesse sistema, as populações dissidentes da cisheteronormatividade patriarcal branca são colocadas como alvos da lógica gore, que atua por meio da afirmação de autopoder e ação masculinista (Valencia, 2010, 2012, 2018). Segundo Nunes *et al.* (2023), essa necropolítica genderizada pune e sanciona aqueles que desobedecem às normas hegemônicas de sexualidade e gênero sustentadas pela colonialidade, assim como garante e mantém o lugar de privilégio social de homens cisgêneros, brancos e heterossexuais.

Lugones (2014, 2020) propõe o conceito de "colonialidade de gênero", de modo a problematizar como o gênero, enquanto uma construção moderna, foi utilizado como uma ferramenta essencial no processo de colonização, atuando na constituição das relações de poder e processos de desumanização que fundamentaram a exploração e a criação de dicotomias hierárquicas baseadas no binarismo de gênero, na heteronormatividade e na ficcionalização da raça. Assim, a colonialidade não se limitou a ser uma ferramenta normativa, mas se transformou em uma máquina produtora de diferenças, criando divisões como macho/fêmea, normal/patológico e humano/não-humano, as quais legitimaram e ainda legitimam violências e opressões contra determinados grupos (Lugones, 2014, 2020), de modo que aqueles que fogem às normas coloniais estão em maior condição de vulnerabilidade a violências e à insegurança, como demonstrado estatisticamente pelos dados apresentados da pesquisa.

Impactos educacionais

No que concerne aos dados decorrentes dos impactos educacionais, tem-se que metade dos estudantes relataram ter sua circulação cotidiana afetada pela violência armada, sendo essa



situação refletida no contexto educacional, pois quatro em cada dez estudantes declararam que a violência interfere na sua formação escolar (42,4%). Entre as múltiplas escolhas de formas como a violência interfere em suas formações, as principais indicadas foram: atrapalha o ambiente de paz (56,4%), atrapalha condições emocionais (50,7%), causa medo (40,3%), compromete relações sociais (22,3%), dificulta a concentração (20,4%), promove perda de aulas (15,6%), atrapalha o estudo em casa (13,6%), atrapalha professores(as) (9,9%), obriga a interromper os estudos (8,1%), proíbe ir à escola (6,2%) e impede a participação em atividades na escola (6,2%). Além disso, análises intragrupo foram feitas a fim de tecer um olhar interseccional sobre quais grupos são mais afetados pelas dinâmicas psicossociais violentas nas periferias de Fortaleza e quais sujeitos têm direta ou indiretamente seus direitos educacionais interrompidos (Tabela 2).

No tocante à sexualidade, há uma distribuição uniforme de respostas entre aqueles que responderam à pergunta sobre sexualidade e indicaram sofrer os efeitos da violência. Pessoas gays, assexuais e pansexuais foram as mais afetadas a respeito da interferência nas condições emocionais relacionadas à violência, bem como estudantes lésbicas e assexuais, em específico, relataram maior dificuldade de concentração nas atividades escolares em comparação aos heterossexuais. Em relação a um maior comprometimento das relações pessoais na escola, alunos gays, lésbicas e bissexuais apresentaram maior destaque. Para os estudantes heterossexuais, os principais efeitos relatados foram a proibição de ir à escola, a importunação aos professores, o medo e impedimento de participar de atividades. Os dois últimos aspectos são ressaltados entre as mulheres cisgênero.

É importante destacar que os estudantes não heterossexuais relataram sofrer, proporcionalmente, os efeitos da violência sobre a trajetória educacional mais do que os heterossexuais de maneira geral. No entanto, isso não se refletiu em todos os efeitos específicos. Isso ocorre porque as respostas dos não heterossexuais se concentraram em efeitos mais frequentemente mencionados, como interferência nas condições emocionais, dificuldade de concentração e comprometimento das relações sociais, enquanto os heterossexuais, de forma geral, apresentaram uma proporção maior em efeitos menos relatados (ou seja, com um n menor).

**Tabela 2**

Frequência Intragrupos dos Impactos da Violência na Vida Escolar por Gênero e Orientação Sexual

Impacto	Homens Cisgênero <i>n</i> (%)	Mulheres Cisgênero <i>n</i> (%)	Outras Identidades <i>n</i> (%)	Heterossexuais <i>n</i> (%)	Não Heterossexuais (LGBTQIAPN+) <i>n</i> (%)
Atrapalha condições emocionais	47 (48,5)	55 (52,4)	4 (66,7)	63 (47,4)	40 (58,8)
Atrapalha ambiente de paz	57 (58,8)	59 (56,2)	2 (33,3)	73 (54,9)	39 (57,4)
Dificulta concentração	16 (16,5)	24 (22,9)	3 (50,0)	26 (19,5)	16 (23,5)
Compromete o estudo em casa	12 (12,4)	16 (15,2)	1 (16,7)	18 (13,5)	9 (13,2)
Compromete relações sociais	20 (20,6)	25 (23,8)	2 (33,3)	29 (21,8)	17 (25,0)
Atrapalha professores(as)	5 (5,2)	15 (14,3)	1 (16,7)	15 (11,3)	5 (7,4)
Provoca medo	30 (30,9)	54 (51,4)	1 (16,7)	56 (42,1)	26 (38,2)
Perda de aula	16 (16,5)	15 (14,3)	2 (33,3)	21 (15,8)	11 (16,2)
Proibido de ir à escola	4 (4,1)	8 (7,6)	1 (16,7)	11 (8,3)	2 (2,9)
Obrigado a interromper os estudos	11 (11,3)	6 (5,7)	0 (0,0)	11 (8,3)	6 (8,8)
Impedido de participar de atividades	5 (5,2)	8 (7,6)	0 (0,0)	11 (8,3)	2 (2,9)

Quanto ao gênero, estudantes pertencentes a identidades dissidentes responderam sofrer proporcionalmente mais sete dos onze efeitos negativos: concentração, importunação aos



professores(as), proibição de ir à escola, relações sociais, condições emocionais, estudo em casa e perda de aula. Apesar de a pequena quantidade de participantes pertencentes a outras identidades de gênero ser uma limitação, estes dados são um indicativo de que essas pessoas estão mais sujeitas aos efeitos da violência. Ressalta-se que as mulheres cisgênero também sofrem esses sete efeitos numa frequência maior que os homens cisgênero, exceto pela perda de aulas. Ademais, as mulheres cisgênero relataram mais o medo da violência e o impedimento da participação em atividades escolares, como já relatado nos resultados relacionais à sexualidade. Há de ser ressaltada uma frequência maior de homens cisgênero que sofreram interrupção dos estudos em comparação com os demais gêneros.

Dessa forma, os resultados presentes neste tópico demonstram que a violência nas periferias urbanas e as violações de direitos nessas áreas não afetam todas as pessoas de forma igual, tornando essencial a realização de análises que levem em conta as interseccionalidades dos marcadores sociais explorados nesta pesquisa, já que os impactos educacionais variam conforme a combinação desses marcadores. Nesse sentido, é crucial destacar as diferenças no impacto da violência relacionadas ao gênero e à sexualidade, que se revelaram significativas.

Considerando a crescente precarização das condições de vida dessas populações, resultante das dinâmicas de opressão, desigualdades e violências, é necessário reconhecer os dispositivos de gênero e sexualidade como mecanismos de poder e controle presentes no território, os quais definem quais vidas são consideradas dignas de serem vividas e protegidas (Nunes & Barros, 2021). A maior vulnerabilidade dessas populações à violência cotidiana é, portanto, a consequência final de uma rede de agenciamentos que geram controle, mortificação e restrição de circulação (Gomes Filho *et al.*, 2021), especialmente quando comparadas a corpos heterocisnormativos.

Além disso, é válido ressaltar que, no contexto escolar, essas dinâmicas violentas não apenas estão presentes, mas agenciam a vida dos jovens de forma a impossibilitá-los de ter acesso irrestrito ao direito educacional, incluindo também diversos efeitos psicossociais, como a permanência escolar e a qualidade da formação, principalmente de jovens inseridos em periferias urbanas (Oliveira & Becker, 2021; Ribeiro, 2013). Nesse sentido, Cavalcante (2020) argumenta que, em meio ao cenário de violência letal e às disputas por controle de territórios de facções, há impactos contundentes no acesso à educação de crianças e jovens moradores da periferia de Fortaleza.



Contudo, frente às problemáticas apresentadas, foi apontado, ao longo da pesquisa, pelos próprios estudantes, que a escola se apresenta como um dos ambientes mais seguros para estar, devido à amizade com colegas e à presença de bons professores na instituição, destacados como fatores fundamentais para a permanência nesse ambiente.

Portanto, é essencial destacar as resistências geradas por jovens e profissionais da educação, e não apenas suas dificuldades e seus desafios (Cavalcante, 2020). Se, por um lado, a violência se intensifica, por outro, as instituições escolares e os seus agentes, em conjunto, desenvolvem formas de existir, resistir e (re)existir nas periferias (Achinte, 2017; Takeiti & Vicentin, 2019). Assim, ao atuar como um espaço seguro e educativo, uma base de apoio, a escola não só oferece uma alternativa ao crime, mas também colabora para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

Considerações finais

Este artigo analisou os efeitos psicossociais da violência urbana na vida de jovens periféricos estudantes de escolas públicas de Fortaleza, no estado do Ceará, a partir dos marcadores sociais da diferença, com foco no gênero e na sexualidade. Os dados indicaram que a violência urbana afeta não apenas a segurança física, mas também as condições emocionais, a concentração, as relações interpessoais e o desempenho escolar desses jovens, especialmente para os estudantes de gênero e orientações sexuais dissidentes. Esses achados destacam a necessidade de considerar expressões de violência que vão além das taxas de homicídios usualmente exploradas em levantamentos oficiais. Informações sobre vitimização, percepções de segurança e impactos da violência no cotidiano escolar são fundamentais para uma compreensão mais abrangente sobre o modo como a violência afeta as trajetórias das juventudes.

Reconhecem-se, entretanto, algumas limitações do estudo, como o uso exclusivo de estatísticas descritivas e o tamanho reduzido dos grupos comparados. Essas limitações decorrem da perspectiva teórica e metodológica adota, a partir da psicologia social crítica e da abordagem cartográfica, bem como dos desafios analíticos da interseccionalidade, que, embora seja potente e necessária, apresenta desafios significativos. Além disso, a amostra não probabilística e a concentração em uma área específica de Fortaleza limitam a generalização dos resultados. Estudos futuros devem considerar amostras mais representativas e explorar outras regiões para ampliar a



compreensão dos impactos da violência na educação. Adicionalmente, pesquisas qualitativas poderiam complementar os dados quantitativos, oferecendo uma visão mais detalhada das experiências dos estudantes.

Este estudo oferece contribuições significativas acerca dos efeitos da violência sobre as juventudes periféricas e pode ajudar a nortear a formulação de políticas públicas voltadas à mitigação desses efeitos. Recomenda-se que os poderes públicos priorizem ações que atendam às necessidades específicas de grupos mais vulneráveis – como mulheres cisgênero, pessoas de outras identidades de gênero e não heterossexuais – que sofreram mais intensamente os efeitos da violência.

Entre as medidas propostas, destacam-se o fortalecimento de programas direcionados à segurança pública direcionados a áreas periféricas, com atenção especial à proteção desses grupos, bem como de programas voltados a melhorias sociais e ambientais, ao fortalecimento comunitário e à garantia dos direitos humanos, em vez de um aumento no policiamento. Além disso, é fundamental implementar iniciativas de apoio psicológico nas escolas, oferecendo suporte contínuo para os estudantes lidarem com os traumas e desafios impostos pela violência. Psicólogos também podem atuar no combate ao preconceito em ambiente escolar. Protocolos específicos devem ser desenvolvidos para garantir a permanência escolar de jovens em situações de maior vulnerabilidade, considerando as interseccionalidades de gênero e sexualidade. A participação ativa de coletivos sociais e organizações da sociedade civil no monitoramento dessas políticas é crucial, não apenas para garantir sua eficácia, mas também para assegurar que elas sejam ajustadas às realidades das juventudes.

Referências

- Achinte, A. A. (2017). *Prácticas creativas de re-existencia: más allá del arte... el mundo de lo sensible*. Del Signo.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen Editora.
- Barros, L. M. R., & Barros, M. E. B. (2013). O problema da análise em pesquisa cartográfica *Fractal, Revista de Psicologia*, 25(2), 373-390. <https://doi.org/10.1590/S1984-02922013000200010>



- Barros, J. P. P., Paiva, L. F. S., Rodrigues, J. S., Silva, D. B. D., & Leonardo, C. D. S. (2018). Pacificação nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia*, 9(1), 117-128. <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/30781>
- Bauer, G. R., Churchill, S. M., Mahendran, M., Walwyn, C., Lizotte, D., & Villa-Rueda, A. A. (2021). Intersectionality in quantitative research: A systematic review of its emergence and applications of theory and methods. *SSM-Population Health*, 14, 100798. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2021.100798>
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (2021). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. Expressão Popular, ANTRA, IBTE. <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>
- Bento, B. (2015). *Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas*. EDUFRN.
- Bourdieu, P. (2019). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Cavalcante, L. F. (2020). *Fórum de escolas pela paz do Grande Bom Jardim: Enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60519>
- Cavalcante, L. F., Nunes, L. F., Freitas, I. R., Lavor Filho, T. L., Barros, J. P. P., & Miranda, L. L. (2021). Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento à violência armada em territorialidades escolares de periferias de Fortaleza. *Desidades*, (30), 20-50. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000200003
- Cavalcante, L. F., Nunes, L. F., Alves, I. S., Gomes, C. J. A., & Barros, J. P. P. (2022). Efeitos psicossociais da violência armada no cotidiano de estudantes de uma escola pública da periferia de Fortaleza. *Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências*, 5(1). <https://riec.univs.edu.br/index.php/riec/article/view/243>
- Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. (2018). *Cada vida importa: Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência*. Assembleia Legislativa do Estado



- do Ceará. <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf>
- Cerqueira, D., Bueno, S., Caballero, B., Lins, G. O. A. & Armstrong, K. C. (2024). *Atlas da Violência 2024: Retrato dos Municípios Brasileiros*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9277-atlasviolencia2024retratodosmunicipiosbrasileros.pdf>
- Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Diógenes, G. (2019). Desmesuras entre corpo e cidade: juventude e violência. In V. Colaço *et al.* (Orgs.), *Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos* (pp. 256-275). Expressão Gráfica e Editora.
- Freitas, I. R., Cavalcante, L. F., Nunes, L. F., Sousa Neto, R. C., & Gomes, C. J. A. (2022). Entre pactuações e inventividades: a aposta ético-política nas alianças entre a universidade e o Fórum de Escolas do GBJ. In: Gomes, C. J. A. *et al.* (Orgs.). *Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências* (pp. 26-35). Quipá Editora
- Gomes Filho, A. S., Lima, A. A. S., Silva, A. M. P., Nunes, L. F., & Lavor Filho, T. (2021). E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. *Sociologias Plurais*, 7, 276-297. <http://dx.doi.org/10.5380/sclplr.v7i1.79174>
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>
- Lugones, M. (2020). Colonialidade e gênero. In H. B. Hollanda. *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* (pp. 58-91). Bazar do Tempo.
- Martins, F., & Romfeld, V. S. (2024). O uso da interseccionalidade na criminologia. *Revista Direito e Práxis*, 15(3), 1-26. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2023/69792>
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N-1 Edições.
- Nunes, L. F., Lavor Filho, T. L., Holanda, R. R., Barros, J. P. P., Miranda, L. L., & Antunes, D. C. (2023). Faces da necropolítica genderizada contra a existência transexual em comentários no



- Instagram. *Revista Psicologia em Pesquisa*, 17(1), 1-29. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2023.v17.35363>
- Oliveira, J. A., & Becker, K. L. (2021). *Efeitos da violência escolar e urbana sobre a proficiência dos alunos em escolas públicas no Rio Grande do Sul*. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11883>
- Paiva, I. L., Oliveira, M. C. S. L., & Colaço, V. F. R. (2019). Adolescentes em Conflito com a Lei: entre o prescrito legal e a prática social. In V. Colaço et al. (Orgs). *Juventudes em movimento: experiências, redes e afetos* (pp. 177-208). Expressão Gráfica e Editora.
- Ribeiro, E. (2013). Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: efeitos territoriais e resultados escolares. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (75), 41-87. <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/378/360>
- Silva, R. P., Melo, E. A. (2021). Masculinidades e sofrimento mental: do cuidado singular ao enfrentamento do machismo? *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(10), 4613-4622. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212610.10612021>
- Sistema de Monitoramento Diário de Agravos - SIMDA. (2021-2022). População consolidada por bairro segundo a faixa etária, Fortaleza. <https://simda.sms.fortaleza.ce.gov.br/simda/populacao/faixa>
- Soares, M. R. N., Miranda, L. L., Lavor Filho, T. L., Nunes, L. F., & Costa, E. A. G. A. (2023). “A violência bate em mim primeiro”: oficinas nas escolas públicas de Fortaleza. *Psicologia Argumento*, 41(112). <https://doi.org/10.7213/psicolargum.41.112.AO11>
- Sousa, I. S., Nunes, L. F., & Barros, J. P. P. (2020). Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. *Revista de psicologia política*, 20(48), 370-384.
- Sousa Neto, R. C., Gomes, C. J. A., Freitas, I. R., Barros, J. P. P., Soares, M. R. N., Nunes, L. F., Gonçalves, L. T. L., & Miranda, L. L. (2023). Juventudes negras de escolas públicas de periferias de Fortaleza: narrativas e re-existência frente ao racismo. *Desidades*, (34), 53-72. <https://doi.org/10.54948/desidades.v0i34.53010>
- Takeiti, B. A., & Vicentin, M. C. G. (2019). Juventude(s) periférica(s) e subjetivações: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. *Fractal: Revista de Psicologia*, 31(esp.), 256-262. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29028



Valencia, S. (2010). *Capitalismo gore*. Melusina.

Valencia, S. (2012). Capitalismo Gore e Necropolítica en México contemporáneo. *Relaciones Internacionales*, (19), 83-102. <https://doi.org/10.15366/relacionesinternacionales2012.19.004>

Valencia, S. (2018). El transfeminismo no es un generismo. *Pléyade*, (22), 27-43. <http://dx.doi.org/10.4067/S0719-36962018000200027>